



Simulado Final

TJ MS

Analista Judiciário
Área Fim Pós-Edital



Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-MS**, cargo de **Analista Jurídico - Área Fim**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/qC1s1hbzCmHeF31E9>

01 - (A B C D E)	13 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	14 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	15 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	16 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Zece>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

Atenção: Use o texto a seguir para responder as questões de 1 a 3.

Texto I

As imagens têm poder, tanto de uma perspectiva histórica quanto cultural. Elas podem interromper conflitos, mudar opiniões políticas e unir pessoas. Publicitários sabem disso e exploram essa capacidade em mídias tradicionais e digitais. O advento da IA amplia esse potencial de influência, mas também traz riscos inéditos: e se a IA puder moldar o passado, alterando registros históricos e reescrevendo a realidade?

No começo de 2024, durante o Super Bowl, a cantora Alicia Keys desafinou em sua apresentação enquanto cantava “If I Ain’t Got You”. No dia seguinte, a versão oficial do vídeo havia sido corrigida. Quem não gravou o evento ao vivo não encontrará o erro original. Esse episódio pode parecer banal, mas mostra como registros podem ser alterados ou apagados, criando uma história oficial que não corresponde à realidade. Se um erro em um show pode ser apagado, o que impediria que registros históricos e culturais fossem modificados? Quem decide o que é real? Quem controla a verdade?

GUILDO MELO. Adaptado de nexojournal.com.br, 09/03/2025.

“As imagens têm poder, tanto de uma perspectiva histórica quanto cultural.”

1. A frase acima, retirada do texto, mostra que

- a) as imagens exercem influência limitada ao campo artístico, sem repercussão social significativa
- b) o impacto das imagens depende exclusivamente do contexto em que são produzidas.
- c) o poder das imagens está restrito à interpretação individual de quem as consome

d) a força das imagens decorre apenas de seu valor estético e simbólico.

e) as imagens são capazes de interferir na construção de sentidos sociais e históricos.

2. No segundo parágrafo, os argumentos são apoiados por

- a) raciocínio lógico de base indutiva.
- b) testemunhos de autoridades pertinentes.
- c) opinião pessoal do autor do texto.
- d) raciocínio por analogia, comparando elementos.
- e) apresentação de dados estatísticos.

3. O Texto I deve estar inserido entre textos

- a) narrativos e descritivos.
- b) injuntivos
- c) dissertativos argumentativos.
- d) D dissertativos informativos.
- e) descritivos e informativos.

4. Assinale a opção em que a frase de propaganda apela para a vaidade do comprador.

- a) Compre nossos pneus e ganhe uma viagem a Paris.
- b) Nossas camisas vão durar muito!
- c) Entre para a turma dos elegantes: use ternos X!
- d) Não perca nossa promoção, em breve ela vai acabar!
- e) Na compra de um frasco, o segundo é de graça.

5. Assinale a frase em que a retomada do termo sublinhado é feita por meio de um hiperônimo.
- a) Comprou um violão novo, mas o instrumento estava desafinado.
 - b) A criança derrubou o vaso da mesa e o quebrou.
 - c) O riso é próprio do homem, mas o rir demais traduz pouca inteligência.
 - d) Quanto menos tempo tenho para praticar as coisas, menos curiosidade sinto de aprendê-las.
 - e) O atleta venceu a corrida. Ele se preparou muito para isso.
6. Por vezes, o deslocamento de palavras ou expressões pode resultar em alteração de sentido. Entretanto, em outras, a variação sintática não carrega mudança semântica.
- A opção em que as duas frases mostram o mesmo significado é:
- a) O diretor apenas elogiou os alunos / O diretor elogiou apenas os alunos.
 - b) A criança respondeu calmamente à professora / À professora, calmamente, a criança respondeu.
 - c) O professor de matemática não aceitou o trabalho ontem / Ontem o professor não aceitou o trabalho de matemática.
 - d) Os pesquisadores quase concluíram o relatório / Os quase pesquisadores concluíram o relatório.
 - e) Ele só explicou o problema ao colega / Ele explicou o problema só ao colega.
7. As opções a seguir mostram orações adjetivas sublinhadas. Assinale a opção que apresenta a substituição adequada de uma oração por um adjetivo.
- a) Esse é o candidato que foi eleito. / aclamado
 - b) O aparelho era um objeto que tinha perdido a serventia / velho
 - c) Muitas moedas que são guardadas perdem valor / escondidas
 - d) Sentimentos que duram pouco trazem dor / efêmeros
 - e) Fatos que se repetem são cansativos / frequentes
8. Entre as frases a seguir, indique aquela que mostra um erro de pontuação no que diz respeito ao emprego da vírgula.
- a) Quando a infância morre, seus cadáveres são chamados de adultos.
 - b) Os médicos devem exercer as suas funções, de forma honesta.
 - c) Comprar um carro é necessidade; uma Mercedes, um exagero.
 - d) De erro em erro, descobre-se a verdade inteira.
 - e) Uma ideia não é responsável, pelas pessoas que acreditam nela.
9. Entre as frases a seguir, assinale a que apresenta o uso incorreto do acento indicativo de crase.
- a) Fiquei à espera de vocês na recepção.
 - b) A empresa quer ter lucro à qualquer preço.
 - c) O aluno não foi à escola porque estava doente.
 - d) Houve um acordo anterior àquele.
 - e) Os manifestantes ficaram sujeitos à repressão policial.
10. Assinale a opção em que ocorra ambiguidade de natureza sintática.
- a) A demissão do executivo foi surpreendente.
 - b) As folhas do caderno despencaram.
 - c) Recebeu do Tribunal a comunicação do débito.
 - d) Conheço um professor francês de Literatura.
 - e) Só fala e escreve bem quem pensa.

11. Assinale a frase que exemplifica a função emotiva da linguagem.

- a) Teus olhos são minha estrela guia.
- b) Doem livros para bibliotecas arrasadas pelas enchentes!
- c) Tenho horror de fazer supermercado.
- d) O contato excessivo com telas traz prejuízos emocionais aos jovens.
- e) Inocente como uma mosca que aceita convite de aranha.

12. Assinale a frase abaixo em que a linguagem mostra sinais de oralidade.

- a) A proposta foi analisada e encaminhada à comissão competente.
- b) Informo que o prazo para entrega do relatório foi prorrogado.
- c) Não compreendi os resultados obtidos pela pesquisa.
- d) A gente até tentou resolver o problema, sabe? Mas não deu certo.
- e) Por que os interessados não compareceram à reunião?

13. Assinale a opção que apresenta a frase em que o segmento sublinhado mostra uma função sintática diferente dos demais.

- a) É muito dura a vida do escritor.
- b) Surgiu um problema para resolvermos.
- c) Alugamos uma casa na praia para as férias.
- d) As crianças se esconderam embaixo das mesas.
- e) Ouviu-se um forte ruído vindo do chão.

14. Assinale o fragmento textual a seguir que deve ser classificado como injuntivo por representar um desejo, conselho ou uma ordem.

- a) No ser humano, o desejo de conhecer é natural.
- b) O mundo não pode se sustentar sem justiça.
- c) Quem inventou o trabalho não tinha o que fazer.
- d) A chave de todas as ciências é o signo da interrogação.
- e) Se você quer ser feliz por uma hora, tire uma soneca.

15. Os adjetivos em Língua Portuguesa expressam estados, qualidades, características e relações; assinale a opção em que o adjetivo sublinhado mostra um estado.

- a) O atleta disciplinado manteve a rotina de treinos por anos.
- b) A criança doente dormiu durante a viagem.
- c) O prédio histórico foi restaurado recentemente.
- d) O partido político apresentou propostas relevantes.
- e) O funcionário pontual raramente se atrasava.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO*Tiago Zanolla*

16. Durante audiência pública na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, o Deputado Estadual Ramiro propôs a criação de uma nova comarca no município de Nova Esperança. Entre os documentos apresentados, constavam:

- relatório do juiz diretor do foro indicando média de 215 processos por ano;
- dados do IBGE apontando população de 12.000 habitantes;
- estatísticas do TRE com 4.850 eleitores;
- comprovação de cadeia pública ativa;
- terreno cedido pelo município para construção do fórum.

Diante desse cenário, e com base no Código de Organização Judiciária, a proposta:

- a) não poderá ser aprovada, pois a exigência mínima de 5.000 eleitores não foi cumprida.
- b) poderá ser aprovada, pois todos os requisitos essenciais foram atendidos.
- c) depende apenas da manifestação favorável da Corregedoria-Geral de Justiça.
- d) deverá ser aprovada, pois os critérios populacionais e forenses são preponderantes.
- e) poderá ser aprovada, desde que a Assembleia Legislativa reconheça o interesse público, mesmo sem a quantidade mínima de eleitores.

17. Durante apuração de possível violação ao Código de Ética, um servidor do TJ-MS alegou que o processo instaurado pela Comissão de Ética não lhe garantia a possibilidade de se manifestar adequadamente. Com base no Código, é correto afirmar que:

- a) o processo administrativo ético não exige contraditório, por não se tratar de processo disciplinar.
- b) o contraditório e a ampla defesa estão garantidos ao servidor envolvido no processo.

c) o contraditório somente é necessário caso haja proposta de sindicância disciplinar.

d) a Comissão de Ética poderá decidir sem ouvir o servidor, desde que haja relatório técnico.

e) o servidor poderá apenas apresentar manifestação escrita, sem direito à produção de provas.

18. Durante auditoria interna no TJ-MS, foram detectadas situações funcionais distintas:

- (i) uma servidora de nível médio, sem formação técnica, exercia funções de auxiliar odontológico;
- (ii) um servidor ocupante do cargo de agente de serviços gerais, lotado em comarca com serviço de limpeza terceirizado, passou a atuar na digitalização e indexação de processos;

(iii) outro servidor, nomeado como artífice de serviços diversos, realizava manutenção em aparelhos de ar-condicionado e jardinagem nos pátios do fórum.

Com base na Lei nº 3.687/2009, é correto afirmar que:

- a) apenas o servidor artífice atua em conformidade com as atribuições previstas legalmente.
- b) todas as situações representam desvio de função, pois nenhuma corresponde às atribuições típicas dos cargos.
- c) a servidora do item (i) atua irregularmente, pois a função de auxiliar odontológico exige habilitação técnica específica.
- d) o servidor do item (ii) atua irregularmente, pois agentes de serviços gerais só podem exercer tarefas de limpeza mesmo com serviço terceirizado.
- e) os cargos mencionados são exclusivos para comarcas do interior e não se aplicam à capital.

19. Durante visita institucional ao TJ-MS, uma empresa fornecedora ofereceu aos servidores da Diretoria de Informática um pacote com camisetas personalizadas, pen drives com logomarca da empresa, agenda de couro e uma garrafa de vinho importado, como forma de agradecimento pela parceria. Um assistente técnico de informática, servidor de nível médio, recebeu os itens, registrando apenas a entrada das camisetas e pen drives como “materiais de divulgação”.

À luz da Portaria nº 2.121/2021 e da Lei nº 3.687/2009, é correto afirmar que:

- a) a conduta foi adequada, pois brindes com marca institucional podem ser recebidos e não precisam ser integralmente registrados.
- b) houve infração ética, pois todos os itens, inclusive brindes, devem ser recusados por servidores do quadro técnico.
- c) o servidor deveria ter recusado apenas o vinho e a agenda de couro, pois são considerados presentes, não brindes.
- d) todos os itens poderiam ser aceitos sem necessidade de registro, já que foram entregues coletivamente, não individualmente.
- e) o recebimento dos brindes está condicionado à autorização prévia do Presidente do TJ, independentemente do valor dos itens.

20. Durante apuração de conduta de um servidor ocupante do cargo de auxiliar judiciário I, constatou-se que ele descumpriu reiteradamente ordens superiores quanto à execução de tarefas de apoio logístico. O histórico funcional revelou que ele já havia sido formalmente advertido por comportamento semelhante. A Comissão de Ética elaborou relatório conclusivo e encaminhou os autos à Presidência do TJ-MS.

Com base na Lei nº 3.310/2006 e demais normas aplicáveis, é correto afirmar que:

- a) a reincidência na conduta caracteriza falta grave, cabendo a pena de demissão imediata.

- b) o servidor poderá ser punido com suspensão, por reincidência em falta já punida com advertência.
- c) a Comissão de Ética está autorizada a aplicar diretamente a penalidade de suspensão.
- d) por se tratar de cargo de nível médio, a penalidade máxima aplicável é advertência.
- e) eventual suspensão só poderá ser registrada se autorizada pelo Presidente do TJ após o decurso de cinco anos da penalidade anterior.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. No contexto de discussão de Plano Municipal de Educação, foi aprovada lei municipal proibindo, nas políticas públicas de ensino e em materiais didáticos da rede local, conteúdos sobre orientação sexual e identidade de gênero, prevendo sanções administrativas a gestores e docentes. Em ação de controle perante o STF, é correto afirmar que

- a) existe apenas inconstitucionalidade formal, por invasão da competência privativa da União sobre diretrizes e bases, sendo irrelevante o conteúdo.
- b) existe apenas inconstitucionalidade material, por violação à liberdade de ensinar e ao pluralismo, sem qualquer problema de competência legislativa.
- c) há inconstitucionalidade formal e material, pois a norma excede a competência municipal e afronta liberdade de aprender/ensinar e pluralismo de ideias.
- d) não há inconstitucionalidade, pois o Município pode suplementar normas educacionais e fixar conteúdo segundo interesse local.
- e) há apenas inconstitucionalidade formal, pois normas gerais federais eliminam totalmente qualquer competência suplementar municipal.

22. Um vereador, em perfil pessoal na internet, dirigiu ofensas a um comerciante do Município, sem relação com atividade legislativa, fiscalização ou tema de interesse público ligado ao mandato. O ofendido ajuíza ação de reparação por dano moral. À luz da CF/1988, assinale a alternativa correta:

- a) a inviolabilidade impede qualquer responsabilização civil, mesmo sem vínculo com o exercício do mandato.
- b) a imunidade material abrange toda manifestação do vereador ocorrida dentro do território municipal, ainda que pessoal.
- c) é cabível responsabilização civil, pois a inviolabilidade exige nexos com o mandato, além do limite territorial.
- d) a pretensão deve ser rejeitada, porque apenas a Câmara Municipal pode apurar a conduta do vereador.
- e) a inviolabilidade só existe para falas em Plenário, sendo inaplicável fora da Casa Legislativa.

23. Sobre intervenção federal e intervenção estadual, analise:

- I. A intervenção federal destinada a assegurar a observância de princípios sensíveis exige provimento do STF, mediante representação do Procurador-Geral da República.
- II. Para cessar grave comprometimento da ordem pública, a intervenção federal depende de autorização prévia do Congresso Nacional.
- III. Em regra, a União não intervém em Município situado em Estado-membro, ressalvada a hipótese de Município em Território Federal.
- IV. O Estado pode intervir em Município para assegurar o cumprimento de mínimos constitucionais tanto em educação quanto em assistência social.
- V. O decreto interventivo deve indicar extensão, prazo e condições de execução e, se for o caso, designar interventor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I, III e V.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) I, IV e V.

24. A respeito da Defensoria Pública na CF/1988, assinale a opção correta:

- a) é função essencial à justiça e tem por incumbência orientar juridicamente e defender os necessitados, com autonomia institucional prevista na Constituição.
- b) atua por delegação do Ministério Público e integra, funcionalmente, a estrutura do Poder Executivo.
- c) possui atuação constitucional restrita à seara penal, sendo vedada tutela coletiva de direitos.
- d) somente pode encaminhar proposta orçamentária e organizar sua estrutura mediante autorização do Chefe do Executivo.
- e) não tem prerrogativas próprias, equiparando-se à advocacia privada conveniada.

25. Em execução fundada em contrato de alienação fiduciária, o credor pleiteia prisão civil do devedor, qualificando-o como depositário infiel. A Defensoria Pública sustenta incompatibilidade com a CF/1988 e com tratado internacional de direitos humanos incorporado ao ordenamento.

O juiz afirma que tratado só afastaria lei interna se tivesse sido aprovado pelo rito de emenda constitucional. Considerando a disciplina constitucional de tratados e direitos fundamentais, avalie:

- I. Tratado de direitos humanos aprovado em dois turnos, em cada Casa, por três quintos dos votos, equivale a emenda constitucional.
- II. Tratado de direitos humanos aprovado sem o rito do art. 5º, §3º, tem hierarquia de lei ordinária federal.
- III. Tratado de direitos humanos com status supralegal pode afastar, no caso concreto, a aplicação de lei ordinária incompatível.
- IV. Em regra, tratados incorporados ao direito interno têm hierarquia equivalente à lei ordinária, ressalvado o tratamento reconhecido para direitos humanos.
- V. O art. 5º, §2º, torna automaticamente constitucionais todos os tratados ratificados pelo Brasil, ainda que aprovados por maioria simples.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I, III e IV.
- c) II, IV e V.
- d) I, III e V.
- e) III e V.

26. No processo legislativo federal, quanto ao veto parcial do Presidente da República, assinale a alternativa correta:

- a) é possível vetar palavras ou expressões específicas, desde que não se altere o núcleo do comando normativo.
- b) exige anuência prévia do Congresso Nacional, por se tratar de ato complexo.
- c) pode incidir sobre qualquer fração do texto, inclusive termos isolados, para afastar inconstitucionalidade pontual.
- d) somente pode alcançar artigo, parágrafo, inciso ou alínea, sendo vedado veto sobre palavras isoladas.
- e) acarreta promulgação imediata do projeto, dispensando apreciação posterior do Congresso.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

27. Cairo, estudante do curso de Direito, ao estudar as regras legais sobre as parcerias público-privadas (PPP), afirmou corretamente que é VEDADA a celebração de contrato:

- a) com vigência superior a 25 anos.
- b) que tenha como objeto, conjuntamente, a execução de obra pública e o fornecimento de mão de obra.
- c) cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 100 milhões.
- d) pelo Poder Legislativo.
- e) que tenha por objeto a delegação da função jurisdicional.

28. Em ano de eleições municipais, Pedro, prefeito de determinado município, ordenou o início de grande obra de pavimentação nos bairros onde teve votação menos expressiva nas últimas eleições. O agente político autorizou a realização de pagamento para a construtora, contratada por dispensa de licitação, sem a devida conclusão do projeto básico e sem a necessária licença ambiental. A obra, mal planejada, acabou gerando custo 60% superior ao previsto. O Ministério Público ajuizou ação de improbidade.

Para que o prefeito seja condenado por ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, nos termos da Lei nº 8.429/1992 (com as alterações da Lei nº 14.230/2021), é necessária a comprovação:

- a) da mera ilegalidade do ato, sendo o prejuízo presumido.
- b) de dolo específico, caracterizado pela voluntariedade da conduta.
- c) de dolo específico, caracterizado pela vontade livre e consciente de causar o resultado danoso.
- d) do dano ao erário, ainda que a conduta do prefeito tenha sido meramente culposa.
- e) de que o prefeito obteve enriquecimento ilícito direto com a sua conduta.

29. Durante recente operação policial deflagrada pelas forças policiais do Estado em comunidade de Campo Grande/MS, ocorreu intensa troca de tiros entre policiais e criminosos. Maria, moradora local que estava dentro de sua casa, foi atingida e veio a óbito.

Foi realizada perícia para se identificar a origem do disparo fatal, porém o laudo pericial foi inconclusivo, não sendo possível atestar que o projétil que a atingiu efetivamente partiu de uma arma de fogo de uso dos policiais.

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre responsabilidade civil do Estado, a situação hipotética configura:

- a) responsabilidade subjetiva do Estado, sendo necessária a comprovação de dolo ou culpa do agente policial.
- b) ausência de responsabilidade do Estado, por se tratar de caso fortuito externo, excludente de nexo causal.
- c) responsabilidade objetiva do Estado, independentemente da existência de culpa do agente público.
- d) responsabilidade do Estado condicionada à comprovação de que a operação policial foi mal planejada.
- e) ausência de responsabilidade do Estado, dado o caráter inconclusivo do laudo pericial.

30. José e Maria, candidatos ao concurso público do Tribunal de Justiça de determinado Estado, discutiam sobre os princípios expressos na Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), tendo sido afirmado corretamente quanto ao princípio da (o):

- a) legalidade, dado que a violação ao caráter concorrencial do certame poderá caracterizar ato de improbidade administrativa.
- b) segregação de funções, segundo o qual as atividades sensíveis do procedimento licitatório devem ser atribuídas a agentes distintos.
- c) vedação ao sigilo da proposta, pois todos os atos da licitação são públicos.
- d) celeridade, que autoriza descumprimentos da lei para acelerar as compras públicas.
- e) desenvolvimento global sustentável, o qual assegura a adoção de práticas que respeitem o meio ambiente.

31. Considerando as regras atinentes aos crimes em licitações e contratos administrativos previstas no Código Penal, inseridas a partir da Lei 14.133/2021, pode-se afirmar que NÃO caracteriza crime a conduta de:

- a) Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei.
- b) Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório.
- c) patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário.
- d) Afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.
- e) Divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal relacionada ao procedimento.

32. Marinalva, ao estudar sobre o consensualismo na Administração Pública, deparou-se com a celebração do compromisso para eliminação de irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público. A respeito deste instituto, considerando as regras estabelecidas na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB), Marinalva afirmou INCORRETAMENTE que:

- a) sua celebração depende da prévia oitiva do órgão jurídico.
- b) a celebração do compromisso pode ocorrer inclusive no caso de expedição de licença.
- c) o compromisso só produz efeitos após sua publicação oficial.
- d) o compromisso buscará solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais.

- e) uma vez presentes razões de relevante interesse geral, poderá conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

33. Pedro é fiador de uma dívida vencida de João. Para evitar consequências patrimoniais, Pedro comparece ao credor e oferece o pagamento integral. O credor, porém, se opõe ao recebimento, alegando que prefere manter a dívida em aberto para pressionar João.

Nessa situação, o fato praticado por Pedro se classifica como:

- a) Fato jurídico em sentido estrito, pois independe de conduta humana no suporte fático do evento.
- b) Ato-fato jurídico, pois há conduta humana, mas a vontade é irrelevante para os efeitos gerados.
- c) Negócio jurídico, já que a autonomia privada permite ajustar livremente os efeitos da prestação.
- d) Ato jurídico em sentido estrito, porque a lei predetermina efeitos necessários da conduta de pagar.
- e) Ato ilícito, pois o pagamento contra a oposição do credor viola direito e gera sanção.

34. Marcos falece sem testamento, deixando a esposa Ana, com quem era casado sob o regime de comunhão parcial. Deixa dois filhos, Bruno, filho também de Ana, e Carla, filha exclusiva de Marcos. No patrimônio, havia um apartamento adquirido antes do casamento e um carro adquirido durante o casamento.

Considerando a sucessão legítima e a situação descrita, a partilha correta é

- a) Ana fica com a meação do carro, e o apartamento é dividido igualmente entre Bruno e Carla.
- b) Ana fica com a meação do carro, herda 1/3 do apartamento, e Bruno e Carla dividem o restante do apartamento e a metade do carro em partes iguais.
- c) Ana fica com a meação do carro, herda 1/4 do apartamento, e Bruno e Carla recebem, cada um, 3/8 do apartamento e 1/4 do carro.
- d) Ana fica com a meação do carro, herda metade do apartamento, e Bruno e Carla recebem, cada um, 1/4 do apartamento e 1/4 do carro.
- e) Ana não tem meação, mas concorre com Bruno e Carla em 1/3 do apartamento e 1/3 do carro para cada um.

35. Carlos, proprietário de uma chácara, contrata Nivaldo como caseiro, com salário, moradia no local e obrigações de vigilância, seguindo orientações do proprietário. Após algum tempo, Nivaldo passa a impedir a entrada de Carlos e afirma que não deixará o imóvel, dizendo que agora é dele. À luz do CC/2002, a solução correta é

- a) Nivaldo tem posse direta desde o início e pode opor proteção possessória contra Carlos, mantendo-se no imóvel.
- b) Nivaldo é detentor, e a resistência não configura lesão possessória, cabendo apenas ação petitória por propriedade.
- c) Nivaldo é detentor e a recusa em permitir o acesso configura esbulho da posse indireta de Carlos, cabendo reintegração.

d) Nivaldo passa a ser possuidor de boa-fé ao declarar intenção de dono, iniciando usucapião e adquirindo proteção plena.

e) Nivaldo torna-se compossuidor com Carlos, pois ambos exercem poderes sobre o bem, devendo apenas ajustar o uso.

36. Paulo é proprietário de um cão de grande porte, mantido em área cercada dentro de sua residência. Em uma noite, uma tempestade derruba uma árvore sobre o muro, abre uma passagem e o animal foge, vindo a morder Maria, que caminhava na via pública, causando lesões e despesas médicas. Paulo alega que mantinha o local em boas condições e que a fuga ocorreu por evento inevitável. À luz do CC/2002, é correto afirmar que

- a) Paulo responde em qualquer hipótese, pois o dono do animal assume risco integral, sem exceções.
- b) Paulo só responde se Maria provar a culpa dele na guarda do animal, em regra de responsabilidade subjetiva.
- c) Paulo responde apenas se o ataque ocorrer dentro do imóvel, pois fora dele inexistente nexos com a guarda.
- d) Paulo responde, mas a tempestade apenas reduz a indenização, não afastando o dever de reparar.
- e) Paulo responde objetivamente, mas pode se exonerar se comprovar força maior como causa exclusiva da fuga.

37. Eduardo é servidor público estadual e foi removido, por ato da Administração, para exercer suas funções em cidade diversa daquela em que residia com sua família. Ele passou a permanecer na nova cidade durante a semana, em imóvel alugado, retornando aos fins de semana para a residência familiar, onde mantém seus vínculos sociais e econômicos. Em razão de uma cobrança judicial, discute-se qual é o domicílio relevante de Eduardo. À luz do CC/2002, é correto afirmar que

- a) Eduardo mantém apenas o domicílio da residência familiar, pois a permanência funcional não altera sua situação civil.
- b) Eduardo tem domicílio necessário no local em que exerce permanentemente suas funções, sem prejuízo de domicílio voluntário.
- c) Eduardo tem como domicílio apenas o local do imóvel alugado, pois ali está sua moradia habitual durante a semana.
- d) Eduardo pode escolher livremente o domicílio para fins jurídicos, prevalecendo o que declarar em documento particular.
- e) Eduardo não possui domicílio certo, devendo ser considerado domiciliado onde for encontrado para fins de citação.

38. O Instituto Aurora, associação civil sem fins lucrativos, é presidido por Renato. Embora exista contabilidade formal, a entidade paga mensalidades escolares dos filhos de Renato, parcelas de veículo em seu nome e despesas pessoais recorrentes, sem reembolso. Após a associação descumprir um contrato de prestação de serviços e ser condenada ao pagamento, o credor constata que a entidade não possui bens suficientes e requer que a cobrança alcance o patrimônio particular de Renato, apontando mistura sistemática entre recursos do Instituto e gastos pessoais. Nessa situação, é correto afirmar que

- a) A medida é automática diante do inadimplemento, bastando a ausência de bens em nome da associação.
- b) A medida exige prova de crime, pois somente ilícitos penais autorizam alcançar o patrimônio do dirigente.
- c) A medida depende de prévia dissolução da associação, pois só após a extinção é possível atingir bens do presidente.
- d) A medida pode ser admitida se demonstrado abuso, estendendo efeitos da obrigação ao dirigente beneficiado.
- e) A medida é vedada para associações sem fins lucrativos, já que a separação patrimonial é absoluta nesses entes.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

39. O juízo da Vara X da Comarca de Ponta Porã/MS julgou parcialmente procedente demanda ajuizada por Pedro em desfavor de Antônio Carlos. O pedido de dano material foi atendido, enquanto o pedido de dano moral foi rejeitado. Antônio Carlos apelou da sentença e Pedro, num primeiro momento, não o fez. Intimado da apelação interposta por Antônio Carlos, Pedro pretende interpor apelação adesiva. De acordo com o Código de Processo Civil

- a) Não se admite recurso adesivo no ordenamento jurídico brasileiro.
- b) O recurso adesivo somente é cabível nas hipóteses de recurso especial e recurso extraordinário.
- c) O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente.
- d) A desistência do recurso de Antônio Carlos não impediria o conhecimento da apelação adesiva eventualmente interposta por Pedro.
- e) A apelação adesiva somente seria cabível se a pretensão de Pedro tivesse sido julgada totalmente improcedente.

40. A empresa X ajuizou ação de execução em desfavor do Estado do Mato Grosso do Sul, objetivando receber quantia oriunda de título executivo extrajudicial. De acordo com o Código de Processo Civil, recebida a inicial, a Fazenda Pública

- a) Será citada para apresentar contestação no prazo de 30 (trinta) dias.
- b) Será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias.
- c) Será citada para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.
- d) Será citada para opor embargos em 15 (quinze) dias.
- e) Será citada para apresentar defesa em 15 (quinze) dias.

41. O Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa em desfavor de Maria, servidora da prefeitura de Corumbá/MS, imputando atos específicos que importaram em prejuízo ao erário. Pleiteou, ainda, a decretação da indisponibilidade de bens de Maria, com o objetivo de garantir a integral recomposição do erário. Sobre o caso concreto e os aspectos processuais da Lei 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- a) Da decisão que deferir ou indeferir a medida relativa à indisponibilidade de bens caberá agravo de instrumento.
- b) A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano ao erário, e os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil.
- c) A ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar o bloqueio de contas bancárias e, na inexistência de valores, veículos de via terrestre.
- d) O valor da indisponibilidade considerará a estimativa de dano indicada na petição inicial, vedada a sua substituição por caução.
- e) A indisponibilidade de bens não poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu.

42. Cássio foi recentemente empossado Analista no Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e exercerá as suas funções em Vara Cível da Comarca de Três Lagoas/MS. No seu primeiro dia de trabalho, foi informado da importância de se seguir a ordem cronológica de conclusão para a prolação de sentença, mas que existem exceções. Em resposta, Caio afirmou corretamente uma das exceções em que poderá se excepcionar a ordem preferencial de conclusão consiste no(a)

- a) julgamento de embargos de declaração.
- b) julgamento de ação de alimentos.
- c) julgamento de ação de interdição.
- d) julgamento de apelação.
- e) julgamento de ações envolvendo menores de idade.

43. Em determinado cumprimento de sentença, após a penhora de imóvel e designação de leilão, o executado, maior e capaz, questionou lance por considerá-lo vil. De acordo com o Código de Processo Civil, e considerando que não houve fixação de preço mínimo, considera-se vil o preço

- a) inferior ao da avaliação do bem.
- b) inferior a oitenta por cento da avaliação.
- c) inferior a setenta por cento da avaliação.
- d) inferior a sessenta por cento da avaliação.
- e) inferior a cinquenta por cento do valor da avaliação.

44. Em determinada ação judicial que tramita pelo procedimento comum, o juízo precisa analisar algumas preliminares relativa à competência e sua modificação. Sobre o tema, o juízo estará correto caso conclua que:

- a) A citação do réu torna prevento o juízo.
- b) A competência determinada em razão do valor e do território é inderrogável por convenção das partes.
- c) Se o imóvel se achar situado em mais de um Estado, comarca, seção ou subseção judiciária, a competência territorial do juízo prevento estender-se-á sobre a totalidade do imóvel.
- d) Reputam-se continentes 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- e) O foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.

45. Na análise de determinado processo, conclui-se pela irregularidade de representação e determinou-se prazo razoável para que o vício fosse sanado. Apesar de devidamente intimado o interessado, não houve cumprimento a determinação judicial. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) caso o processo esteja na instância originária e a providência caiba ao autor, o processo deverá ser julgado improcedente.
- b) caso o processo esteja na instância originária e a providência caiba ao réu, o processo deverá ser julgado procedente.
- c) caso o processo esteja em face recursal perante tribunal de justiça, o recurso será improvido se a providência couber ao recorrente.
- d) caso o processo esteja na instância originária o terceiro será considerado revel ou excluído do processo, dependendo do polo em que se encontre.
- e) caso o processo esteja em face recursal perante tribunal de justiça, o recurso será provido se a providência couber ao recorrido.

46. Sobre a produção antecipada de provas no âmbito do Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- a) A produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- b) O juiz não se pronunciará sobre a ocorrência ou a inoccorrência do fato, nem sobre as respectivas consequências jurídicas.
- c) Neste procedimento se admitirá defesa ou recurso.
- d) A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do autor.
- e) O juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a citação de interessados na produção da prova ou no fato a ser provado, ainda que inexistente caráter contencioso.

47. Ao se deparar com um procedimento de jurisdição voluntária, de acordo com o Código de Processo Civil, o juízo deverá observar que

- a) a fazenda pública deverá sempre ser ouvida.
- b) não será obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna.
- c) o pedido deverá ser decidido no prazo de 30 (trinta) dias.
- d) a sentença será irrecorrível.
- e) não haverá citação.

48. Citado em determinada execução de título extrajudicial, Carlos pretende se defender por meio da oposição de embargos à execução. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) Considera-se conduta atentatória à dignidade da justiça o oferecimento de embargos manifestamente protelatórios.
- b) Os embargos à execução terão, como regra, efeitos suspensivos
- c) Os embargos serão oferecidos no prazo de 3 (três) dias.
- d) Os embargos serão opostos nos mesmos autos da execução.
- e) A oposição de embargos depende da prévia garantia do juízo.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

49. Um agente de polícia, enquanto gozava de seu período de folga e trajava roupas civis, é reconhecido por um ex-detento que ele ajudou a prender anos atrás. Movido por vingança estritamente relacionada àquela prisão, o ex-detento mata o policial. Nesse caso, o crime é:

- a) Homicídio qualificado apenas se o policial estivesse portando sua arma regulamentar.
- b) Homicídio qualificado, pois o crime foi praticado em decorrência da função pública exercida pela vítima.
- c) Homicídio simples, pois o policial não estava no exercício da função no momento do crime.
- d) Homicídio simples com causa de aumento de pena, por ser a vítima funcionário público.
- e) O crime é de homicídio qualificado apenas se o agente estivesse em missão oficial ou em deslocamento para o trabalho (itinerário).

50. Carlos, diante de uma grave dificuldade financeira, resolve subtrair um aparelho celular de alto valor que se encontrava exposto sobre o balcão de um estabelecimento comercial. Após conseguir a subtração, Carlos é abordado por um segurança do local. Com o objetivo de garantir a posse do bem subtraído, ele retira uma faca e passa a ameaçar o segurança, afirmando: "Não chegue perto, ou eu te machuco!". Diante da ameaça, o segurança se afasta, permitindo que Carlos fuja levando o aparelho. Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) Carlos praticou o crime de furto qualificado, uma vez que não houve emprego de violência ou grave ameaça.
- b) Carlos cometeu o crime de furto em concurso material com o delito de ameaça, caracterizando dois crimes distintos.
- c) Carlos praticou o crime de roubo próprio, pois utilizou grave ameaça para realizar a subtração do bem.
- d) Carlos praticou o crime de roubo impróprio, já que a grave ameaça foi empregada após a subtração, para assegurar a detenção do bem.
- e) Carlos praticou o crime de extorsão, pois valeu-se de ameaça para obter vantagem ilícita.

51. Eduardo, advogado, mantém relacionamento afetivo com Larissa. Esta foi vítima de injúria e difamação praticadas por Patrícia. Após orientação de Eduardo, Larissa registra boletim de ocorrência em face de Patrícia, em razão de crime contra a honra. Todavia, Larissa opta por não oferecer queixa-crime, por não desejar se submeter a um processo penal, ainda que na condição de vítima. Inconformado com essa decisão, Eduardo, no último dia do prazo decadencial, falsifica a assinatura de Larissa em uma procuração por ele próprio elaborada e ajuíza a queixa-crime. Por descuido, entretanto, a referida procuração não foi juntada à petição inicial.

Diante da situação hipotética apresentada, é correto afirmar que Eduardo incorreu no crime de:

- a) falsidade ideológica.
- b) uso de documento falso.
- c) falsificação de documento público.
- d) falsificação de documento particular.
- e) falsa comunicação de crime.

52. Rogério, servidor efetivo do setor de folha de pagamento do Departamento de Recursos Humanos do Município Alfa, no exercício de suas atribuições, recebeu, em janeiro de 2023, um requerimento administrativo formulado por Marcos, servidor com quem mantinha desavenças no âmbito da Administração Pública. No pedido, Marcos solicitava a concessão de férias regulamentares para o mês de março de 2024. Para que o lançamento fosse corretamente efetuado no sistema de pagamento, Rogério dispunha de prazo até 28 de fevereiro de 2024. Contudo, sem qualquer justificativa plausível, realizou o referido lançamento apenas em novembro de 2024, o que acarretou o não pagamento, no período adequado, da gratificação correspondente ao terço constitucional de férias. Diante da situação descrita, é correto afirmar que Rogério praticou o crime de:

- a) prevaricação.

- b) peculato.
- c) concussão.
- d) modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.
- e) condescendência criminosa.

LEGISLAÇÃO PENAL

Antônio Pequeno

53. Claudiano foi condenado a 25 anos de reclusão pelo crime de feminicídio, iniciando o cumprimento da pena em regime fechado. Cabe ressaltar que o indivíduo praticou o fato já sob a vigência da lei nº 14.994/2024 (Pacote Antifeminicídio). Com base nessa situação hipotética, Claudiano, na condição de primário, para conseguir preencher o requisito objetivo para a progressão de regime será necessário o cumprimento de:

- a) 50% do total da pena.
- b) 20% do total da pena.
- c) 30% do total da pena.
- d) 40% do total da pena.
- e) 55% do total da pena.

54. A lei nº 8.072/1990, mas conhecida como a lei dos Crimes Hediondos, constantemente recebe alterações legislativas. Tendo como referência a lei supracitada, marque a alternativa correta.

- a) o crime de sequestro e cárcere privado é crime hediondo em qualquer hipótese
- b) o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é crime hediondo
- c) o crime de epidemia na modalidade simples é crime hediondo.
- d) o roubo qualificado pela lesão corporal grave é crime hediondo.
- e) homicídio culposo.

55. A lei nº 13.869/2019, mas conhecida como a lei de Abuso de Autoridade, é uma lei que impactou no ordenamento jurídico brasileiro. Tendo como referência a lei supracitada, marque a alternativa correta.

- a) o crime é de ação penal pública condicionada à representação.
- b) a prestação de serviços à comunidade é um efeito da condenação.
- c) a suspensão do exercício do cargo, mandato ou função pública é um efeito da condenação.
- d) A inabilitação para o cargo, mandato ou função pública é uma pena restritiva de direito.
- e) A perda do cargo, mandato ou função pública é um efeito da condenação.

56. Um indivíduo, na condução de veículo automotor, matou culposamente uma pessoa. Na análise fática foi constatado que ele não possuía permissão ou habilitação para conduzir veículo automotor. Com base nessa situação hipotética, marque a alternativa correta.

- a) O indivíduo responderá pelo crime de homicídio culposo, na direção do veículo automotor, mais o crime de dirigir sem permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, ambos previstos no Código de Trânsito Brasileiro.
- b) A conduta do indivíduo é atípica, vez que não possuía permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor.
- c) Se o indivíduo praticasse o crime de homicídio, a título de dolo, na condução do veículo automotor, responderia com base no Código de Trânsito Brasileiro.
- d) o indivíduo responderá pelo crime de homicídio culposo, na direção do veículo automotor, com a incidência da majorante por dirigir sem permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, conforme o art. 302, §1º, I, do Código de Trânsito Brasileiro. O crime de dirigir sem permissão ou habilitação será absorvido pelo crime de homicídio culposo majorado.

- e) A competência para julgar o crime praticado é do tribunal do júri.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivo Martins

57. Considerando os princípios fundamentais que norteiam o processo penal brasileiro, analise as assertivas a seguir e indique a única que se encontra em conformidade com a legislação e a jurisprudência pátrias.

- a) Como corolário do princípio da ampla defesa, é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso a todos elementos de prova, já documentados ou não, no procedimento investigatório conduzido pela polícia judiciária.
- b) O princípio do juiz natural inviabiliza que a pena cumprida no estrangeiro exclua ou reduza a pena a ser cumprida no Brasil, ainda que se trate do mesmo fato criminoso.
- c) Embora não seja absoluto, o princípio da identidade física consiste no mandamento de que o juiz que presidiu a instrução deverá, a princípio, proferir a sentença.
- d) Como decorrência do princípio do contraditório, pode-se afirmar que tanto a falta de defesa quanto sua deficiência ensejam a nulidade absoluta do processo, independentemente da prova de prejuízo para o réu.
- e) Embora vigente o princípio de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo, o exercício do direito de permanecer em silêncio não impede que o juiz considere esta circunstância em prejuízo do réu na sentença.

58. Sobre o procedimento da investigação criminal no Brasil, especialmente no que tange ao inquérito policial, é correto afirmar que:

- a) Nos crimes em que a ação pública depender de representação, o inquérito policial não poderá ser iniciado sem ela.
- b) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá comunicá-la, estritamente por escrito, à autoridade policial que, verificada a procedência das informações, determinará a instauração de inquérito.
- c) Não cabe recurso em face do despacho que indeferir o requerimento de instauração de inquérito policial, podendo o interessado, contudo, notificar o fato ao Ministério Público.
- d) Por não ser um instrumento cuja elaboração prévia é obrigatória, o teor do inquérito policial pode não acompanhar a denúncia ou a queixa, mesmo que sirva de base para uma ou outra.
- e) As peças do inquérito policial serão sempre reduzidas a termo escrito ou datilografadas, exceto se, por conveniência da instrução, a autoridade policial determinar a manutenção sigilosa em autos apartados a serem apresentados exclusivamente ao juízo.

59. Gabi, moradora de Niterói (RJ), foi vítima de um golpe de estelionato ao comprar uma raquete de tênis de uma suposta loja online (XYZ) sediada em Natal (RN). A transação se deu por meio de transferência bancária para uma conta em Porto Alegre (RS). Diante desse quadro, e com base no Código de Processo Penal, a competência para julgar o crime será de uma das Varas Criminais de:

- a) Natal/RN, local da sede da sociedade empresária XYZ ou Porto Alegre/RS, local da conta beneficiada pela transferência bancária;

- b) Niterói/RJ, local do domicílio da vítima, ou Natal/RN, local da sede da sociedade empresária XYZ;

- c) Porto Alegre/RS, local da conta beneficiada pela transferência bancária;

- d) Natal/RN, local da sede da sociedade empresária XYZ;

- e) Niterói/RJ, local do domicílio da vítima.

60. Andréa e Estêvão, em coautoria, assassinaram Gabriel com disparos de arma de fogo. Após a investigação, ambos foram indiciados por homicídio qualificado. Considerando o Código de Processo Penal e a doutrina majoritária, a competência para o julgamento do caso será definida pela:

- a) continência por cumulação subjetiva;

- b) continência por cumulação objetiva;

- c) conexão intersubjetiva concursal;

- d) conexão instrumental;

- e) conexão teleológica.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>